UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

HENRIQUE CESAR DA SILVA ALVES

**OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET E O CONFLITO
COM OUTROS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2023

HENRIQUE CESAR DA SILVA ALVES

**OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET E O CONFLITO
COM OUTROS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso — *Artigo Científico*,
apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em
Direito do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio,
em cumprimento às exigências para a obtenção do grau
de Bacharel.

Orientador: Prof.^a. Francisco Gledison Lima Araújo.

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2023

HENRIQUE CESAR DA SILVA ALVES

**OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET E O CONFLITO
COM OUTROS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do
Trabalho de Conclusão de Curso de HENRIQUE CESAR
DA SILVA ALVES.

Data da Apresentação 07/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: FRANCISCO GLEDISON LIMA ARAÚJO

Membro: PROF. ESP. JOSÉ BOAVENTURA FILHO/UNILEÃO

Membro: PROF. ESP. MICAEL FRANÇOIS GONÇALVES CARDOSO/UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2023

OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET E O CONFLITO COM OUTROS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Henrique Cesar da Silva Alves¹
Francisco Gledison Lima Araújo²

RESUMO

O trabalho em questão aborda os limites da liberdade de expressão e o conflito com outros direitos fundamentais garantidos pela Constituição. O objetivo é identificar os principais desafios e conflitos relacionados à liberdade de expressão nos meios digitais, levando em consideração as diferentes perspectivas e interesses em jogo. A abordagem é feita por meio de análise documental e etnográfica, destacando-se observações feitas em redes sociais, bem como artigos e livros que explicitam os conflitos existentes neste contexto. Finalmente, é explanada a necessidade de promover a proteção dos direitos fundamentais no ambiente digital, em consonância com os limites estabelecidos na Constituição Federal, de forma a evitar injustiças e não promover a hierarquia de um direito sobre os outros.

Palavras Chave: Direito Digital. Liberdade de expressão. Limitação. Conflito de direitos.

ABSTRACT

This paper deals with the limits of freedom of expression and the conflict with other fundamental rights guaranteed by the constitution, seeking to identify the main challenges and conflicts involving freedom of expression in digital media, considering the different perspectives and interests at play. The subject is dealt with through documentary and netnographic analysis, highlighting posts made on social networks, as well as articles and books that explain the conflicts that exist in this context. Finally, the need to promote the protection of fundamental rights in the digital sphere is explained, in line with the limits set out in the Federal Constitution, so as not to commit injustices or promote the hierarchy of one right over others.

Keywords: Digital Law. Freedom of expression. Limitation. Conflict of rights.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, é evidente que a reflexão sobre a delimitação da liberdade de expressão, em virtude da garantia dos direitos democráticos e fundamentais estabelecidos na atual conjuntura da Constituição Federal brasileira, é uma questão essencialmente urgente e de uma

¹ Discente do curso de Direito da UNILEAO. E-mail: henriquecesar115@gmail.com

² Professor Orientador. E-mail: franciscogledison@leaosampaio.edu.br

grande importância. Essa importância é justificada pela necessidade de uma regulação mais clara e objetiva sobre a liberdade de expressão nos meios digitais, pois cada vez mais se percebe a ideia de que a internet e os meios de comunicação são “terras sem lei”. Por isso, é crucial o debate para conscientizar que a internet não é um espaço onde tudo é permitido.

Com o objetivo de destacar a relevância do tema, este trabalho buscará promover o debate sobre a atual configuração da legislação relacionada à possibilidade de cerceamento da liberdade de expressão, sem que isso seja considerado censura. A liberdade de expressão, caracterizada como um direito fundamental na sociedade contemporânea e, em particular, nos meios digitais, tem sido objeto de discussões acerca de seus limites e extensão.

A liberdade de expressão, manifestada através da livre expressão do pensamento, é uma premissa fundamental para um sistema de governo democrático, pois permite a expressão livre de diferentes vozes sobre variados temas. A liberdade de expressão é um direito conquistado e em constante evolução, considerando que em alguns momentos da democracia foi preciso que a sociedade convivesse com sistemas de governo autoritários que não permitiam a livre manifestação de ideais diversos, especialmente aqueles que se opunham ao governo vigente.

No que diz respeito a essa evolução do direito à livre manifestação da vontade e ideais, é importante destacar o papel da internet e da globalização por meio dos meios de comunicação digitais. Isso se justifica, pois com o passar dos anos, o acesso à informação e a expressão de opiniões sobre os mais diversos assuntos tornou-se cada vez mais fácil, graças à praticidade trazida ao mundo pela rede mundial de computadores, que permite a interligação de sistemas informáticos em escala global.

No entanto, apesar do processo de globalização e da facilidade de expressão de opiniões ser cada vez mais acessível a muitos, e ainda que se mostrem como importantes no âmbito da evolução do direito, também trazem consigo questionamentos que exigem uma análise mais profunda, cuja solução pode não ser tão simples, dado que as informações são difundidas de forma vertiginosa, ou seja, com rapidez e praticidade possibilitada principalmente pelas redes sociais.

Nesse contexto, surge a questão: como definir o limite da liberdade de expressão nos meios digitais e identificar quando a repressão a essa liberdade pode se caracterizar como censura? Diante da problemática apresentada, é necessário considerar as particularidades da internet e das redes sociais, bem como os direitos e garantias constitucionais previstos no artigo 5º da Constituição Federal, para estabelecer critérios que permitam identificar quando a possibilidade de cerceamento da liberdade de expressão poderia tipificar uma espécie de

censura, como por exemplo, considerando o conteúdo da expressão, o contexto em que foi feito, e o impacto que pode causar.

Nesse sentido, este trabalho busca estabelecer um debate claro e objetivo sobre o limite da liberdade de expressão nos meios digitais, de modo a garantir a proteção dos direitos fundamentais, incluindo a liberdade de expressão e o respeito à dignidade humana, prezando pela preservação dos princípios democráticos, bem como tentar identificar se pode ocorrer censura quando há cerceamento da liberdade de expressão, especialmente nas redes sociais.

Este marco regulatório deve ser acrescido por uma abordagem que se proceda de forma participativa, envolvendo especialistas, organizações da sociedade civil, governo e usuários da internet, a fim de encontrar soluções equilibradas e eficazes para uma questão tão complexa e dinâmica.

Este objetivo é buscado e pode ser alcançado na medida em que se possa identificar os principais desafios e conflitos envolvendo a liberdade de expressão nos meios digitais, considerando as diferentes perspectivas e interesses, tais como empresas de tecnologia, usuários, grupos políticos e sociais, organizações governamentais e não-governamentais, entre outros. Além disso, este artigo também utiliza como meio para atingir seu objetivo, a pesquisa sobre as legislações pertinentes ao tema, em relação à liberdade de expressão nos meios digitais.

2 A EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO FÍSICOS/VIRTUAIS

Com base em uma análise histórica, é cabível explicitar marcos essenciais que tiveram impacto significativo nos meios de comunicação, tal como a invenção das prensas móveis por Gutenberg. A imprensa, tal como explicitado por Ribeiro, Chagas e Pinto (2008), que também foi um marco histórico na evolução da humanidade, permitiu a alteração dos aspectos da cultura europeia no século XV, visto que se mostrou como uma ferramenta de disseminação de informações.

Nesse sentido, a imprensa atuou como um acessório de mudança, colaborando com o desenvolvimento de diversas áreas essenciais da sociedade. Antes da imprensa possuir um caráter móvel, segundo Ribeiro, Chagas e Pinto (2008), a sociedade passava por uma difícil situação no que concerne à informação e educação. Conforme mostra a história, a estrutura do estado antigamente era baseada nos valores da igreja, e as informações deviam ser aceitas de forma compulsória, sem questionamentos.

Nesse sentido, com a invenção das prensas do tipo móvel por Gutenberg, em 1450, é válido arguir que houve uma mudança drástica no âmbito da disseminação das informações e

dos meios de comunicação. A invenção de Gutenberg possibilitou, à época, a impressão em massa de cópias idênticas de jornais e livros, e conseqüentemente, a possibilidade de publicações em larga escala. Nesse sentido, portanto, a mudança nos paradigmas da sociedade se deu, visto que com essa invenção, a maior propagação de ideais e informações permitiu que houvesse um conhecimento mais democrático, abrangendo uma quantidade de pessoas com possibilidade de ter acesso.

Segundo Chaves (2005), com esse marco, aconteceu uma ruptura na tentativa de preservar a disseminação de conhecimento e concentrá-los no poder de poucos privilegiados. Por conseguinte, passaram a surgir outros meios de transmissão de informações, cada vez mais tecnológicos, tais quais o rádio, a televisão e posteriormente a internet. Todas essas invenções contribuíram de forma essencial na evolução dos meios de comunicação.

No que concerne à atualidade, não há como não explanar acerca da evolução dos meios de comunicação, sem citar o fenômeno da internet. A origem da internet se deu nos Estados Unidos, com a criação de um sistema pelo Departamento de Defesa norte-americano, o qual interligava vários centros de pesquisa militares, possibilitando a transmissão de informações, e posteriormente possibilitando a conversação entre outros institutos por meio de computadores.

Dessa forma, a evolução da internet se perpetuou, e após o desenvolvimento concreto de comunicação entre computadores, sua utilização passou a se dar também por empresas e particulares (Teixeira, 2022).

Dessa forma, a internet se conceitua, segundo Teixeira (2022), como:

a interligação de redes de computadores espalhadas pelo mundo, que passam a funcionar como uma só rede, possibilitando a transmissão de dados, sons e imagens de forma rápida. Essa interligação de redes pode ser feita por sistema telefônico de cabos de cobre ou de fibras óticas, por transmissão via ondas de rádio ou via satélite, por sistema de televisão a cabo etc. O usuário a ela se conecta, geralmente, por intermédio de um aparelho conhecido por modem,¹¹ associado à utilização de programas de computadores com essa finalidade.¹² Frise-se que, nos primeiros anos de internet massificada, o acesso era feito por computadores, que, por sua vez, utilizavam modems. Atualmente, o acesso à internet é feito pelos mais variados dispositivos tecnológicos, sobretudo por smartphones ligando-se à rede mundial de computadores via dados móveis ou Wi-Fi (wireless fidelity, ou “fidelidade sem fio”) (Teixeira, 2022),

Com base em uma análise histórica, é possível identificar facilmente evidências de evolução humana, destacando-se a facilidade no que diz respeito à troca de informações, principalmente em virtude do processo de globalização e do advento dos meios digitais, por meio do desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, confirma-se que “as tecnologias de

comunicação e de transmissão de informação evoluíram, passando das escrituras até os meios digitais, que hoje são usados em larga escala pela sociedade.” (Alves, 2021).

Nessa vertente, segundo Harari (2015), o processo de evolução tecnológica sempre teve um papel tanto facilitador quanto de aprimoramento da vida das pessoas em situações diversas, sejam elas no sentido de conforto, ou no sentido de sobrevivência e proteção contra perigos naturais, e também no tocante à expressão de culturas, religiões e costumes. Ao longo do desenvolvimento humano, portanto, observamos que o desenvolvimento nos meios de comunicação e transmissão mudou completamente o cenário global, visto que os meios digitais acarretam em um funcionamento completamente diferente do mundo, principalmente em virtude de suas facilidades, extensões e praticidades.

Nessa senda, confirma-se cada vez mais que a evolução tecnológica apresenta-se como modo de propagação e de experiências e compreensões, de modo imediato e paralelo. Tal qual descrito por Peck (2016), as tecnologias de informação e comunicação são conceituadas como um conglomerado de tecnologias que juntas compõem formas de produção, acesso e difusão abrangente de informações.

Dessa forma, na medida em que essas tecnologias contribuem para a facilidade de difusão e de acesso, os usuários desse meio podem ser definidos tanto como transmissores de informação, quanto como destinatários. Ademais, é cabível concluir, conforme explanado por Ortiz (2021), que o processo de desenvolvimento da tecnologia se mostra no mundo hodierno como alicerce de uma progressividade da sociedade. Isso se justifica observado seu papel nos mais diversos âmbitos da comunidade, possuindo influência na educação, economia, política, entre outros.

Nesse contexto, tida a evolução tecnológica influente em todas essas camadas da sociedade, tem-se o direito como afetado e passível de desenvolvimento para se encaixar de forma mais adequada na progressividade apresentada. Essa necessidade de adequação se justifica nos mais diversos casos em que o conflito entre direitos fundamentais se torna aparente, principalmente em um âmbito digital.

Isso pois observa-se que “os benefícios da modernidade e celeridade alcançados com a rede mundial trazem, na mesma proporção, a prática de ilícitos penais que vêm confundindo não só as vítimas como também os responsáveis pela persecução penal” (Daoun, 2007).

Essa confusão se demonstra em face da obscuridade das informações acerca do que se pode e do que não se pode fazer nos meios digitais. Atualmente, em muitos casos é visível a disseminação de um discurso, o qual os próprios disseminadores acreditam plenamente, de que a internet tem o dever de proteger a identidade ou de que na internet “pode” realizar tais ações.

Além disso, essa confusão, conforme explanado por Daoun (2007), também afeta plenamente as vítimas desses ilícitos praticados, que não conhecem os próprios direitos, e conseqüentemente não apresentam resistência e combate à inúmeras atitudes.

2.1 MUDANÇAS ADVINDAS DO MARCO CIVIL DA INTERNET

A internet passou por um processo de popularização e, em pouco tempo, alcançou um nível de importância enorme na vida de toda a sociedade. Entretanto, com a “novidade” da internet e sua popularização, muitos anos se passaram sem que houvesse uma regularização nesse âmbito.

Assim, por algum tempo, a internet se mostrou como uma terra sem lei, na qual as atitudes tomadas naquele meio não possuíam conseqüências concretas na “vida real”. Isso aconteceu em virtude de não haver qualquer legislação que disciplinasse as especificidades do meio digital, tornando assim esse ambiente sem nenhuma, ou quase nenhuma, normatização jurídica.

Dessa forma, o Marco Civil da Internet (12.965/2014) foi criado com a intenção de regulamentar esse ambiente digital, partindo do pressuposto da necessidade de haver direitos, deveres e princípios que regulamentassem a utilização dos meios digitais. “A lei em questão teve como um de seus principais motivos a proteção do ser, ou melhor dizendo, a proteção dos direitos da personalidade, que são individuais, intransmissíveis, irrenunciáveis, inalienáveis e que possuem amparo no Código Civil (10.406/2002), a partir de seu artigo de número 11” (PONTES; AMÉRICO, 2022).

Além disso, conforme dispõe Texeira (2019):

A justificativa do então anteprojeto de lei, endereçado à Presidência da República, em 25 de abril de 2011, pelos Ministros José Eduardo Martins Cardozo, Miriam Aparecida Belchior, Aloizio Mercadante e Paulo Bernardo Silva, no seu item 4, expressa que, para o Poder Judiciário, a ausência de um marco legal específico, diante das diversificadas relações virtuais, tem gerado decisões judiciais conflitantes e contraditórias, sendo que muitas vezes em demandas simples sobre responsabilidade civil se obtêm tutelas judiciais divergentes que podem colocar em risco garantias constitucionais (Texeira, 2019).

O Marco Civil da Internet entrou em vigor em 23 de abril de 2014, denominado pela Lei 12.965 (Planalto). Essa lei se apresenta como uma forma de Constituição da internet, regulamentando um conjunto de normas, princípios, garantias e deveres dos seus usuários, assim como diretrizes da atuação estatal e municipal nesse meio (Teixeira, 2022).

O Marco Civil da Internet, tal qual a Constituição Federal, se pauta por princípios, sendo eles: neutralidade, que garante a não interferência do provedor de internet no conteúdo a ser acessado pelo usuário, em face da isonomia do pacote de dados que trafegam na internet; a privacidade, caracterizada pela inviolabilidade de dados pessoais dos usuários os quais o provedor tem acesso; e a liberdade de expressão, tratada expressamente no escopo do presente trabalho (Teixeira, 2022).

Nessa senda, vale elucidar em primeiro plano que o princípio da garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, assegura a possibilidade de se expressar e se comunicar na internet livremente. Essa previsão de liberdade encontra-se citada no Art. 3º do Marco Civil da Internet, e reforçada no Artigo 8º dessa mesma lei.

Atualmente, nove anos após o início da vigência dessa lei, é possível observar as diversas mudanças no âmbito digital. Um ponto constantemente destacado diz respeito à praticidade trazida no contexto do judiciário. A possibilidade de disponibilização e acesso a informações que eram fornecidas apenas administrativamente, por meio apenas de ordem judicial justificam a arguição dessa praticidade, tal qual explicitado por Cansian (2019).

Ocorre, entretanto, que muitas das expectativas criadas acerca do Marco Civil da Internet, parecem ter sido “frustradas”. Com a vigência da lei e baseada nos seus princípios norteadores, principalmente o da liberdade de expressão, se acreditava que seria confirmado no meio digital um cenário de ambiente controlado, possibilitando a livre manifestação de pensamento e a supressão da censura.

Em tese, essa liberdade garantiria um direito fundamental e suscitaria em uma possibilidade de equilíbrio entre os direitos no uso da internet. A realidade, todavia, apresenta atualmente um cenário em que há um visível conflito entre os direitos fundamentais, na medida em que a liberdade de expressão, utilizada de forma distorcida, levanta questionamentos sobre os limites desse direito e quando sua supressão resulta em censura.

Assim, segundo a autora Peck (2021), o Marco Civil da Internet trouxe consigo uma flexibilização à proteção constitucional da honra, imagem e reputação do indivíduo. Isso, visto que com essa nova lei estabelece critérios específicos para remoção de conteúdo de forma direta e imediata, sendo eles aparições nuas, cena de sexo, infração de direito autoral ou exposição de menor de idade.

Não se tratando dessas situações, a remoção, sem garantia de ser completa, só pode ser dada por meio de ordem judicial, afirma a autora. Nessa linha de pensamento, espera-se que com a constante evolução dos meios digitais, haja concomitantemente a adequação de forma correta e satisfativa do direito que os regula e que tem efeitos massivos sobre toda a sociedade.

3 CONFLITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

3.1 LIBERDADE DE EXPRESSÃO VERSUS DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A relação entre a liberdade de expressão e a dignidade da pessoa humana é um tema complexo e frequentemente debatido em diversos contextos jurídicos e sociais. Ambos são princípios fundamentais, mas, em certas situações, podem entrar em conflito, gerando desafios importantes.

A liberdade de expressão é um direito fundamental que garante que as pessoas tenham o direito de expressar suas opiniões, ideias e pensamentos sem censura ou coerção por parte do governo ou de terceiros. Ela é essencial para o funcionamento das sociedades democráticas, pois promove o debate público, a diversidade de opiniões e o controle sobre o poder estatal. No entanto, essa liberdade não é absoluta e pode ser restrita em certas circunstâncias, como para evitar a incitação à violência, a difamação, a calúnia e a divulgação de discurso de ódio (Silva, 2005).

Por outro lado, a dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental que confirma o valor inerente de cada indivíduo e a necessidade de proteger sua integridade física, moral e psicológica. A dignidade humana implica respeito pela individualidade, honra e confiança de cada pessoa, bem como a proteção contra tratamentos degradantes ou desumanos.

O conflito entre esses princípios ocorre quando a liberdade de expressão é usada de maneira a abalar a dignidade de alguém. Isso pode acontecer, por exemplo, em casos de discurso de ódio, assédio, difamação ou violação da privacidade. A questão-chave é como equilibrar esses princípios aparentemente opostos.

Em muitos sistemas jurídicos, incluindo o brasileiro, a abordagem adotada é considerar a liberdade de expressão como um direito fundamental, mas não absoluto. A restrição a esse direito é permitida quando necessário para proteger outros direitos igualmente importantes, como a dignidade da pessoa humana. A lei e a regulamentação geralmente estabelecem critérios para determinar quando a restrição à liberdade de expressão é justificada, levando em consideração o contexto, a proporcionalidade e a necessidade da restrição (Lenza, 2018).

Assim, o desafio é encontrar um equilíbrio entre a proteção da liberdade de expressão e a garantia da dignidade da pessoa humana. Isso envolve considerar o impacto das palavras e ações em questão, bem como os princípios de não discriminação e igualdade. Na última análise, a harmonização desses princípios é essencial para promover uma sociedade justa e democrática,

onde a liberdade de expressão é exercida de forma responsável e respeitosa, sem comprometer a dignidade e a integridade das pessoas (Lenza, 2018).

3.2 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O ESTADO DEMOCRÁTICO

Conforme conceituado anteriormente, a liberdade de expressão se apresenta como direito constitucional fundamental, assegurado pela Constituição Federal brasileira. Conforme explicitado por Barroso (2007), é essencial a permissão para que a sociedade manifeste suas convicções, sendo a livre manifestação de pensamentos considerada como base primária de um estado que tem a democracia como regime político.

Dessa forma, não há no que se falar em questionamento desse instituto, visto que a liberdade é condição precípua na progressão de outros direitos, sendo útil também no desdobramento de exercício destes. No concernente ao papel do estado no instituto da liberdade de expressão, segundo Branco (2018):

Não é o Estado que deve estabelecer quais as opiniões que merecem ser tidas como válidas e aceitáveis; essa tarefa cabe, antes, ao público a que essas manifestações se dirigem. Daí a garantia do art. 220 da Constituição brasileira. Estamos, portanto, diante de um direito de índole marcadamente defensiva – direito a uma abstenção pelo Estado de uma conduta que interfira sobre a esfera de liberdade do indivíduo (BRANCO, 2018).

Nesse contexto, é vastamente reconhecível que esse direito representa um dos direitos fundamentais mais essenciais e equivale a uma das maiores conquistas em face a um estado democrático para atender às necessidades humanas, de modo que compõe as disposições constitucionais junto com o início do constitucionalismo moderno.

Entretanto, mesmo sendo inquestionável a importância desse direito, não há como não falar do conflito dessa garantia constitucional, com outros direitos fundamentais. Nessa senda, ressalte-se que a discussão acerca da solução de conflitos entre a liberdade de expressão e outros bens resguardados pela constituição, se apresenta como amplamente complexa.

Essa complexidade, por sua vez, se traduz em razão das a importância conferida à liberdade de expressão, podendo ser atribuída essa essencialidade, por diversos motivos, segundo Sarlet (2016), “seja por força do direito constitucional positivado nos textos constitucionais, seja pela obra do legislador infraconstitucional, mas também e especialmente pela jurisprudência e, em especial, pelos Tribunais que exercem a guarda da constituição.”

Dessa forma, como a livre manifestação de ideias tem como qualidade o incentivo à autodeterminação e a soberania da livre exteriorização de pensamentos, essa liberdade consequentemente estabelece conexão com termos que asseguram as garantias constitucionais,

resultando em um tipo de livre transação de ideias de forma coletiva e individual e relacionado, nesta interpretação, com a categoria de um direito político e social, conforme explanado por Machado (2002).

Essa característica de transações individuais se justifica, portanto, visto que a liberdade de expressão e suas limitações, são exercidas especialmente no âmbito das relações de comunicação social. Nesse sentido, entretanto, é válido acentuar que a conexão exercida entre a liberdade de expressão e o estado democrático possui aspectos de proporcionalidade, ou em tese, deveria ser. Essa proporcionalidade se daria no sentido de quanto mais o estado for democrático, maior seria a liberdade de expressão, e assim reciprocamente. (Machado, 2002)

Contudo, observa-se que não necessariamente se concretiza essa proporcionalidade, visto que a o exercício da livre manifestação de pensamentos, de certa forma, pode gerar riscos ao estado democrático, tal qual a democracia pode ocasionar danos a garantia do direito fundamental supracitado, como pela censura.

Outrossim, conforme descrito por Branco (2018), “A liberdade de expressão, enquanto direito fundamental, tem, sobretudo, um caráter de pretensão a que o Estado não exerça censura.” Nessa senda, é cabível elucidar que para a asseguarção do instituto da liberdade de expressão, se mostra essencial seja observado por uma ampla perspectiva o conceito de censura.

Essa necessidade se justifica no sentido de separar e qualificar as propriedades de outros modos de supressão, no sentido de chegar a uma conclusão clara sobre quando determinado ato se traduz como censura, ou, como outro modo de restrição plenamente justificado.

A censura, pode ser conceituada basicamente como cerceamento de opiniões e manifestações por meio da remoção ou proibição de disseminação de conteúdo. Essa supressão de opiniões se apresenta muito atrelada a regimes ditatoriais e está relacionada diretamente a um aparelho repressor, em face do impedimento da livre manifestação de pensamentos.

A vedação à censura se encontra prevista na Constituição Federal, em seu artigo 220³, conforme explicita o site do Planalto brasileiro. Visto isso, a complexidade da questão dos conflitos de direitos se apresenta em meio à possibilidade de haver restrições plenamente adequadas, que não configurem censura.

3.3 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

³ Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Pinheiro (2013) descreve que a personalidade é a totalidade relativamente estável e previsível dos traços emocionais e comportamentais que caracterizam a pessoa na vida cotidiana, sob condições normais. Portanto, a personalidade é a expressão do caráter e da maneira de ser de um indivíduo.

O autor Sarlet (2009) também afirma que a formação adequada da personalidade assegura ao indivíduo a realização de sua dignidade, sendo esta compreendida como a “[...] qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade”. Nesse sentido, Orlando Gomes sustenta que os direitos da personalidade são destinados “a resguardar a eminente dignidade da pessoa humana”.

Descartes declarou que percebeu ser ele “uma substância cuja essência ou natureza consiste apenas e inteiramente em pensar e que, para existir, não necessita de um lugar específico nem depende de qualquer coisa material”. No entanto, é importante enfatizar que a existência humana se materializa com a liberdade - em todas as suas manifestações.

Portanto, o direito de cada indivíduo expressar suas ideias, opiniões e emoções e orientar-se por elas na sociedade está intrinsecamente ligado à autodeterminação do indivíduo Tavares (2007).

Dessa forma, Tavares (2007) afirma que, como a realização pessoal é um objetivo da liberdade de expressão, o exercício desse direito contribui para a formação da personalidade humana - o foco central dos direitos da personalidade - bem como para a realização da dignidade.

3.4 O CONFLITO EM ÂMBITO DIGITAL

A liberdade de expressão é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal e prevê a livre manifestação de pensamento. Tal qual citado anteriormente, a livre manifestação de pensamento tem, conforme a evolução dos meios digitais, sido um direito muito abordado nos últimos anos.

No contexto dessas mudanças supracitadas, ocorridas principalmente nos meios digitais, a liberdade de expressão, por mais que resguardada expressamente pela constituição, necessitou de um processo de reanálise, na medida em que houve diversos casos em que se apresentaram disseminações de *fake news* na internet, que explicitaram uma divergência entre a garantia da liberdade de expressão e a garantia de outros direitos fundamentais.

Segundo Freire (2021), na medida em que essas manifestações feitas baseadas em um falso conceito de liberdade de expressão na internet começaram a interferir de forma direta, tanto em processos democráticos, como eleições, quanto em situações do cotidiano social, tal qual a proteção da honra e da imagem e da voz em uma esfera digital, começou-se a criar novas situações que colocam em pauta a atualização legal no que diz respeito à matéria e aos limites estabelecidos por ela.

Nessa senda, portanto, segundo Sarlet (2019):

Na perspectiva do Direito, um dos principais desafios segue sendo o de buscar assegurar um equilíbrio entre o exercício pleno da liberdade de expressão nas suas mais diversas dimensões, por um lado, e a necessária proteção da dignidade da pessoa humana e dos direitos de personalidade, por outro, mas também o de operar como instrumento para a afirmação, do ponto de vista transindividual, de um ambiente com níveis satisfatórios de tolerância e reconhecimento. Sem isso, o próprio Estado Democrático de Direito, necessariamente livre, plural e igualitário, estará em risco (SARLET, 2019, p. 1.209-1.210).

Destarte, observado esse obstáculo na garantia dos direitos, vale ressaltar que o atual entendimento sobre o assunto se apresenta no sentido, assim como já explicitado anteriormente, de ter o instituto da liberdade de expressão, salvaguardado, mas não intocável. Ademais, no que diz respeito ao contexto digital, principalmente, essa possibilidade de livre manifestação pode ser cerceada em vista da necessidade de garantia de outros direitos fundamentais, na medida em que haja conflitos.

Segundo Karoline Freire (2021, p. 49), não se trata, nesse contexto, de estabelecer uma hierarquia entre os direitos e garantias fundamentais, e sim de analisar de maneira particular cada caso, com base nos princípios da dignidade da pessoa humana e de outras garantias fundamentais presentes na Constituição Federal. É válido elucidar, em meio a essa discussão, a decisão de Raul Araújo, ora Ministro do Superior Tribunal de Justiça, relator da quarta turma, que dispôs que, mesmo os jornalistas estão sujeitos a limitações no que diz respeito à liberdade de expressão.

Na sua decisão, ele enumerou três pontos cruciais, quais sejam: a necessidade de haver compromisso ético com a veracidade da informação disponibilizada pelo jornalista; a conservação dos direitos inerentes à personalidade, tais quais o direito à honra, à privacidade, à intimidade e à imagem; e o impedimento de veicular opinião ou crítica do jornalista com objetivo de cometer qualquer dos crimes contra a honra disposto no Código Penal, ou seja, difamação, calúnia ou injúria.

Atualmente, uma das maiores dificuldades de regulamentação na internet se dá na tipificação de condutas e na confirmação de quem as praticou, essencialmente em virtude dos

logs e IPs não estarem impreterivelmente associados a uma pessoa específica. Ressalte-se que essa dificuldade de identificação dos agentes, se mostra cada vez mais relacionada à impunidade, e reforça, por conseguinte, o ideal de que nos meios digitais não há regulamentação séria e capaz de suprimir determinadas ações.

Isto posto, nesse cenário de mudança constante com avanços tecnológicos, o direito digital se apresenta passível de alterações, e “a proposta é que o Direito siga sua vocação de refletir as grandes mudanças culturais e comportamentais vividas pela sociedade.” (PECK, 2021).

Assim, a necessidade dessas alterações se traduz no sentido de resguardar para os usuários dos meios digitais, assim como toda a sociedade, os direitos inerentes à pessoa humana, seja por meio da conscientização dos usuários sobre seus direitos e deveres, como também por meio do aumento de fiscalização e punição daqueles que infringirem as diversas regras relacionadas à utilização da internet e regulamentações gerais.

4 METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa de natureza aplicada, na medida em que o projeto apresenta uma problemática e o estudo busca sua resolução aplicável de maneira prática, com o emprego de propositura de mudanças na atual configuração em que o problema está inserido. Nesse sentido, posto que o trabalho engloba a apresentação de um novo conhecimento com intuito de aplicação prática, se mostra o objetivo descritivo do projeto.

O escopo do presente trabalho também trouxe abordagem qualitativa, uma vez que se baseia na análise crítica de dados subjetivos, acerca do fenômeno da delimitação da liberdade de expressão, sem a imputação desse ato como censura, abordando tanto argumentos que vão de encontro a essa limitação, quanto análise de conteúdos, postagens e interações em redes sociais, além do estudo de como as pessoas discutem e compartilham informações sobre determinados tópicos nos meios digitais.

Quanto às fontes, o estudo tem como base as fontes documentais e bibliográficas, uma vez que perpassa pela análise tanto de documentos que ainda não tiveram um tratamento analítico, principalmente nos meios digitais, quanto pela análise de materiais já publicados, como artigos e livros que tratam sobre o conceito e utilização “correta” da liberdade de expressão.

Nesse contexto, utiliza o procedimento etnográfico, que é uma forma específica que utiliza técnicas da etnografia e tem como objetivo investigar a cultura e o comportamento dos

usuários da internet, com base em dados coletados em comunidades online, como fóruns de discussão, blogs, redes sociais, entre outros.

O instrumento de coleta de dados se traduz pela análise documental, com a observação de dados que ainda não receberam tratamento analítico, em especial nos meios digitais. Além disso, o presente trabalho conta com a análise de caso concreto, no âmbito da realidade brasileira, a fim de exemplificar e retificar a importância da realização da discussão que é objeto da presente ação.

Por fim, o estudo tem como benefício principal o estabelecimento de proteção de uma forma mais clara do direito à honra, à imagem e à voz, essencialmente no direito digital. Além disso, conhecimento de fatores que alteraram os comportamentos sociais dos indivíduos na internet e como isso afeta no direito brasileiro.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em primeiro plano, mesmo sendo visível uma disseminação imensa de ideais, assim como a transferência e acesso a informações de maneira muito mais prática e com um potencial muito maior de extensão, ainda é válido analisar que não há uma conclusão totalmente pacífica e aperfeiçoada sobre a matéria e as possibilidades de supressão do direito da liberdade de expressão.

O conflito de direitos se mostra aparente na sociedade hodierna, na medida em que há um ideal de uma liberdade de expressão integral e ilimitada, podendo ser arguida de qualquer forma, sem qualquer restrição. A liberdade de expressão, em face a outros direitos fundamentais, tais quais os direitos à personalidade, honra, imagem e vida privada, em muitos momentos se apresenta como passível de restrição.

Dessa forma, como modo de facilitar a compreensão sobre como a discussão entre a restrição do direito da liberdade de expressão se mostra pertinente no âmbito social e político brasileiro, é válido analisar casos concretos ocorridos no Brasil.

Um dos casos que repercutiu muito no âmbito da necessidade de limitação da liberdade de expressão, por exemplo, aconteceu no ano de 2022 em um podcast famoso no Brasil chamado “Flow Podcast”, transmitido ao vivo e com uma extensão de público significativa. Nessa situação, o apresentador do programa, Monark, exerceu sua opinião dizendo que achava que deveria ser permitido a regularização de um partido nazista no Brasil reconhecido por lei.

Dessa forma, para o influencer, a liberdade de expressão deveria amparar o direito de se expressar, mesmo o nazismo sendo um movimento social e político, marcado pela perseguição

de minorias (homossexuais, negros, ciganos...) e caracterizada pela disseminação de diversos preconceitos de forma explícita.

Nesse contexto, ele justifica sua afirmação, defendendo uma ideia amparada pelo direito dos Estados Unidos, qual seja, “a ideia da primeira emenda da Constituição americana, é dar voz para todas as pessoas, incluindo as que falam atrocidades”.

Além disso, em outra oportunidade, em caso semelhante, o influenciador afirmou ter uma discordância com a lei brasileira, e com a lei de outros países que limitem de qualquer modo a liberdade de expressão. Nesse contexto, não só o influenciador Monark, como muitas outras pessoas, acreditam plenamente que a liberdade de expressão não é passível de restrição.

Atualmente, principalmente nas redes sociais, com auxílio de um aparente anonimato, pessoas acreditam que podem se expressar da forma que entenderem, mesmo que isso fira os direitos fundamentais de outras pessoas, minorias, com discriminação e preconceito, sem que haja nenhuma consequência, em virtude da garantia constitucional da liberdade de expressão.

Entretanto, visto que a Constituição Federal, no artigo 5º, §2º estabelece que tanto os direitos quanto as garantias asseguradas na Constituição Federal não excluem outros derivados de seu texto e de seus princípios, devendo ser respeitados os limites por ela impostos, “a liberdade de expressão não pode ser utilizada com o objetivo de prospectar práticas criminosas, que estimulem situações de intolerância e ódio e, mais atualmente, que disseminem notícias inverídicas, que se alastram como uma praga por meio da rede mundial de computadores” (FREIRE,2021).

Em uma primeira análise, mesmo levando em consideração que se há necessidade de sopesar que se trata de um conteúdo feito de modo informal, assim como sua veiculação, e também levando em conta os argumentos utilizados para defender esses ideais de liberdade de expressão ilimitados, no caso brevemente narrado é possível detectar como se perpetuam, e por que, as convicções de que a liberdade de expressão é direito absoluto.

Em face disso, portanto, se mostra necessário, tal qual arguido no presente trabalho, a discussão acerca das limitações que devem ser impostas a esse direito fundamental da livre manifestação de pensamentos, a fim de disseminar a importância da separação dos institutos e, principalmente, a garantia de todos os direitos fundamentais, sem hierarquia pré-definida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que a aplicação da liberdade de expressão nos meios digitais se mostra como essencial no desenvolvimento de uma sociedade democrática. Dessa forma, é cabível salientar

que é imensurável a importância da existência dessa garantia fundamental no nosso ordenamento jurídico, bem como sua proteção.

Do mesmo modo, é importante ressaltar a importância e os benefícios trazidos pela internet. A evolução dos meios de comunicação, em cada processo, até os dias atuais, contribui plenamente com o desenvolvimento da sociedade em geral, principalmente em termos de conhecimento e expressão. Arguidas a relevância e as melhorias advindas das evoluções até os dias atuais, é necessário analisar os problemas que as acompanham.

No tocante à liberdade de expressão, o principal problema se mostra exatamente na possibilidade de sua limitação. Autores brasileiros, com escopo no processo constitucional e com análise do cenário atual dos meios digitais, concordam que a livre manifestação de pensamentos, apesar de toda sua importância, não se trata de um direito absoluto.

O debate acerca das limitações da liberdade de manifestação em face do conflito com outros direitos fundamentais já se perpetua há muito tempo. Atualmente, o entrave principal é a identificação em meio a essa discussão de se deve haver alguma limitação, e se houver, o quão intensa deve ser a intervenção do discurso. A livre expressão de ideias se apresenta como uma das garantias fundamentais mais essenciais de um governo democrático, precisamente por representar a possibilidade de a sociedade manifestar suas crenças, opiniões ou cultura, assegurados de quem não serão calados por qualquer poder.

Atualmente, é possível concluir que no Brasil, é pacífico no direito o entendimento de que a liberdade de expressão deve ter limitações na medida em que haja conflito com outros direitos fundamentais, tal qual a dignidade da pessoa humana, honra e imagem. Entretanto, mesmo com esse entendimento perpetuado, é observado no cenário social e político brasileiro a manutenção de discursos de ódio, baseando-se em um falso conceito de liberdade de expressão.

Além disso, se confirma que essa realidade se expandiu ainda mais nos últimos anos, com o aumento significativo de pessoas utilizando as redes sociais e outros meios de comunicação em massa possibilitados com a internet. Isso se justifica em virtude da expansão de alcance e de influência possibilitada pelos meios digitais, trazendo cada vez mais consigo a atenção de todos para a necessidade de discutir e aplicar políticas públicas que busquem conter esse abuso da liberdade de expressão.

Ressalte-se, portanto, que o ordenamento jurídico brasileiro precisa concretizar parâmetros mais sólidos e definidos que contribuam para as decisões que limitem a liberdade de expressão, de modo a garantir que não haja supressão dos outros direitos, além de apenas

utilizar o princípio da proporcionalidade nos casos em que haja colisão entre os direitos fundamentais.

Por fim, é válido trazer a discussão sobre o conflito dos direitos fundamentais com o da garantia da liberdade de expressão, e abordar a necessidade de estabelecimento de marco regulatório sólido no âmbito digital que possa assegurar a harmonia dos direitos se mostra como essencial, elaborado de forma participativa, envolvendo estudos, organizações da sociedade civil, governo e usuários da internet, para encontrar soluções equilibradas e eficazes para essa questão complexa e dinâmica.

REFERÊNCIAS

ALECRIM, Giulia; MOLITERNO, Danilo; TORTELLA, Tiago. **Monark é desligado do Flow Podcast após defender existência de partido nazista**. CNN Brasil, 08 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/monark-e-desligado-do-flow-podcast-apos-defender-existencia-de-partido-nazista/>>. Acesso em: 23 mai. 2023.

CHAVES, E. O. C. **O desafio da tecnologia na educação**. 2005. Disponível em: <http://www.escola2000.org.br/pesquisa/texto/textos_art.aspx?id=77>. Acesso em: 02 out. 2023.

DAOUN, Alexandre Jean. **Os novos crimes de informática**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 37, 1 dez. 1999. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/1827>>. Acesso em: 7 out. 2023.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977. p. 52. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/363690/mod_resource/content/1/DESCARTES_Di_scurso_do_método_Completo.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1977. p. 168.

LENZA, Pedro. **Esquematizado - Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. E-book. ISBN 9788443602254. Disponível em: <<https://doceru.com/doc/nss8xnn8>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

Liberdade de expressão: lei, evolução, importância e limites. Fia Business School, 2021. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/liberdade-de-expressao/>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

MENDES, Gilmar F.; BRANCO, Paulo Gustavo G. **Curso de direito constitucional**. (Série IDP). [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553624474. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624474/>>. Acesso em: 26 set. 2023.

MESQUISTA, G. **Quais os limites da liberdade de expressão na internet? O direito à liberdade de expressão não pode infringir a dignidade humana**. Rádio Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/28/quais-os-limites-da-liberdade-de-expressao-na-internet/>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

PECK, P. **Direito Digital**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598438/>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

PINHEIRO, Carla. **Psicologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 85-86.

PODER360. **Monark diz que defendeu algo “legítimo” ao pedir partido nazista**. PODER360, 30 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/monark-diz-que-defendeu-algo-legitimo-ao-pedir-partido-nazista/>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

RIBEIRO, G. M.; CHAGAS, R. de L.; PINTO, S. L. **O RENASCIMENTO CULTURAL A PARTIR DA IMPRENSA: O LIVRO E SUA NOVA DIMENSÃO NO CONTEXTO SOCIAL DO SÉCULO XV**. Akropolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, [S. l.], v. 15, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/akropolis/article/view/1413>>. Acesso em: 30 out. 2023.

ROBL FILHO, I.; SARLET, I. W. Estado democrático de direito e os limites da liberdade de expressão na Constituição Federal de 1988, com destaque para o problema da sua colisão com outros direitos fundamentais, em especial, com os direitos de personalidade. Constituição, Economia E Desenvolvimento: **Revista Eletrônica Da Academia Brasileira De Direito Constitucional**, v. 8, n. 14, p. 112-142, 2016. Disponível em: <<http://www.abdconstojs.com.br/index.php/revista/article/view/229>>. Acesso em: 18 set. 2023.

RODRIGUES, L. F. **Os limites da liberdade de expressão na internet. A quem interessa a regulação do ambiente digital?** Estado de Minas, 2022. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/colunistas/direito-e-inovacao/2022/04/21/noticia-direito-e-inovacao,1361386/os-limites-da-liberdade-de-expressao-na-internet.shtml>>. Acesso em: 18 mai. 2023.

SALIM, Eduardo; PIGÃO, Larissa; CANSIAN, Adriana. **Marco Civil da Internet: Cinco anos depois, o que mudou?** Disponível em: <<https://www.nic.br/noticia/na-midia/marco-civil-da-internet-cinco-anos-depois-o-que-mudou/>>. Acesso em: 26 out. 2023.

SARLET, I. W. Liberdade de expressão e o problema da regulação do discurso do ódio nas mídias sociais. **Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, p. 1207–1233, 2019. Disponível em: <<https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/428>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 7 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. p. 67.

SILVA, Louise S. H. Thomaz da; SOUTO, Fernanda R.; OLIVEIRA, Karoline F.; et al. **Direito Digital**. 1ª ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2021. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902814/>>. Acesso em: 26 mai. 2023.

SOUSA, Rafael Rodrigues. **A liberdade de expressão nos tempos da internet. Conteúdo Jurídico**, 28 jun. 2022. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/58766/liberdade-de-expresso-em-tempos-de-internet>>. Acesso em: 16 set. 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Liberdade de imprensa e inviolabilidade da honra e da intimidade das pessoas: o conflito entre o direito individual e o coletivo**. JusBrasil, 2013. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/liberdade-de-imprensa-e-inviolabilidade-da-honra-e-da-intimidade-das-pessoas-o-conflito-entre-o-direito-individual-e-o-coletivo/100542813>>. Acesso em: 14 out. 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp 719.592/AL, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2005, DJ 01/02/2006, p. 567. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=45343696&tipo=91&nreg=201102913071&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20150417&formato=PDF&salvar=false>>. Acesso em: 16 out. 2023.

TEODORO, Matheus. **A liberdade de expressão e seus limites no âmbito das redes sociais**. 2021. Centro Universitário – UNIFG, Guanambi – BA. Disponível em: <[https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/18581/1/A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEUS LIMITES NO ÂMBITO DAS REDES SOCIAIS.pdf](https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/18581/1/A%20LIBERDADE%20DE%20EXPRESS%C3%83O%20E%20SEUS%20LIMITES%20NO%20%C3%80MBITO%20DAS%20REDES%20SOCIAIS.pdf)>. Acesso em: 17 mai. 2023.